

FISCAL DE RENDAS (FR)

PROVA OBJETIVA P1 – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

A guerra nunca deve ser vista como uma solução num problema entre dois países, mas como um fracasso de negociações, porque ela traz prejuízos imensos, mesmo para o vencedor. As consequências tocam em muitos e diversos espaços: não somente há mortes de civis e militares, mas também profundas alterações na situação econômica, política e sanitária de um país por décadas.

Trata-se de um texto argumentativo contrário a guerras. O principal argumento do autor é:

- (A) sua própria experiência em guerras passadas;
- (B) a evidência dos prejuízos causados pela guerra;
- (C) a situação atual de países já envolvidos em guerras;
- (D) a ausência total de fundamentos éticos para o conflito;
- (E) a preferência vantajosa por soluções negociadas.

2

Observe a seguinte frase de um jornalista colombiano:

"Um a um somos todos mortais. Juntos, somos eternos".

Sobre a estruturação dessa frase, é correto afirmar que:

- (A) a locução "um a um" equivale ao advérbio "unicamente";
- (B) o pronome indefinido "todos" é semanticamente indispensável na frase;
- (C) entre os dois períodos que compõem a frase, poderia estar adequadamente a conjunção concessiva "embora";
- (D) o adjetivo "mortais" funciona como antônimo de "eternos";
- (E) o emprego da vírgula no segundo período se deve à elipse do pronome indefinido "todos".

3

A frase abaixo que mostra a forma sublinhada corretamente empregada, é:

- (A) Os que entravam caminhavam em pontas de pés, sentando-se cautelosamente. Três marinheiros apareceram ao alto da escada, olharam, e já se dirigiam para as primeiras filas, quando o mulato falou: "Não, lá pra baixo, patricios. Aqui é das senhoras";
- (B) Ambos traziam o beijo debaixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador;
- (C) A casa dele destacava-se das outras; era no andar debaixo, e cá de fora via-se-lhe o papel vermelho da sala, a mobília muito brunida, jarras de flores sobre a cômoda...;
- (D) De baixo de uma aparente desordem e confusão, tudo é ordem e harmonia, na terra entre os viventes, como nos céus entre as estrelas;
- (E) Faço-te toda a justiça, redarguii ele; acuso-me eu mesmo de estar a baixo do papel de redentor.

4

O adjetivo pode ser substituído por algumas outras palavras ou estruturas de valor equivalente.

A frase abaixo em que a adjetivação é realizada por meio de um substantivo, é:

- (A) Toda sociedade é um organismo podre;
- (B) O menino recebeu muitos presentes aniversários;
- (C) O que não serve para o enxame não serve para a abelha;
- (D) O que é difícil é ser puro como o arroio e grande como o rio;
- (E) Ambiente limpo é o que menos se suja.

5

Leia com atenção o trecho abaixo, fragmento de uma crônica retirada do *Jornal do Comércio*, de 3 de junho de 2011:

"Desde que me distanciei do Brasil, tenho visto a inteligência dos meus compatriotas cair para níveis que às vezes ameaçam raiar o sub-humano".

Sobre os componentes desse pequeno texto, é correto afirmar que:

- (A) a frase "Desde que me distanciei do Brasil" equivale à forma nominal "Desde que houve o meu distanciamento do Brasil";
- (B) a forma verbal "tenho visto" marca uma ação passada anterior a outra ação passada;
- (C) o pronome possessivo "meus", em relação a "compatriotas", tem o valor de propriedade;
- (D) o pronome relativo "que" estabelece relação de coesão com o substantivo "níveis";
- (E) no vocábulo "sub-humano", o prefixo sub- tem valor pejorativo, equivalente a "pior do que".

6

Os adjetivos podem indicar qualidades positivas ou negativas, características, estados ou relações dos substantivos.

A frase abaixo em que o adjetivo destacado indica um estado, é:

- (A) A maneira mais fácil de mudar a história é tornar-se um historiador;
- (B) É indispensável ouvir testemunhas oculares dos acidentes;
- (C) Pessoas cansadas não movem moinhos;
- (D) A história se repete. Essa é das coisas erradas com ela;
- (E) História é mentira encadernada.

7

Observe o texto a seguir.

"Contrariamente ao que ocorria outrora, a excelência hoje não se afirma pela duração; a preeminência sobre grande número de competidores e concorrentes se afirma rapidamente e tem pouca duração."

Para evitar a repetição da palavra sublinhada, o autor do texto apelou para a seguinte estratégia:

- (A) substituição por um sinônimo;
- (B) substituição por uma perífrase;
- (C) elipse do termo;
- (D) substituição por um pronome;
- (E) ampliação do termo inicial.

8

Observe o seguinte fragmento descritivo:

“De onde eu estava não podia ver todo o quintal, mas dava para ver várias árvores: duas goiabeiras, três jabuticabeiras bastante altas, uma pequena palmeira encostada ao muro e um arbusto próximo que, sendo eu um homem da cidade, não era capaz de identificar”.

Sobre esse fragmento, é correto afirmar que:

- (A) o observador, em sua tarefa descritiva, sofre limitações em função de seu posicionamento e de seu conhecimento;
- (B) os objetos descritos seguiram determinada ordem de aparecimento no texto, dos maiores para os menores;
- (C) a estratégia textual utilizada contempla a cena de longe para perto e do todo para as partes;
- (D) a finalidade da descrição é indicar a riqueza agrícola do local, já que há atenção especial por árvores frutíferas;
- (E) o tom utilizado na descrição é depreciativo, em função das árvores focalizadas e de sua pequena dimensão.

9

“A beneficência é sempre feliz e oportuna quando a prudência a dirige e recomenda.”

Sobre a estruturação dessa frase do Marquês de Maricá, é correto afirmar que:

- (A) as duas ocorrências da conjunção E mostram, respectivamente, valor aditivo e adversativo;
- (B) os adjetivos “feliz” e “oportuna” têm valor de estado, referindo-se a “beneficência”;
- (C) o pronome oblíquo “a”, em “a dirige e recomenda”, funciona como objeto direto desses dois verbos;
- (D) o pronome oblíquo “a” em “a dirige” se refere a “prudência”;
- (E) o substantivo “beneficência” está grafado erradamente, sendo correta a forma “beneficiência”.

10

Em todas as alternativas abaixo há duas palavras com o sufixo -eiro.

Esse sufixo mostra o mesmo valor semântico nas duas palavras em:

- (A) brasileiro – fuzileiro;
- (B) engenheiro – caseiro;
- (C) saleiro – cinzeiro;
- (D) marinheiro – certoiro;
- (E) chaveiro – cozinheiro.

11

Sobre o tema da desigualdade entre homens e mulheres no espaço do trabalho, um argumentador, que defendia a necessidade de igualdade, apresentou o seguinte argumento: As mulheres devem ser pagas com os mesmos salários dos homens, afinal somos todos iguais.

O argumento utilizado nesse trecho se apoia:

- (A) numa relação lógica de causa e consequência;
- (B) no grande número de pessoas que apoiam a mesma ideia;
- (C) no valor ético em que se fundamenta;
- (D) na autoridade do argumentador no assunto tratado;
- (E) em fatos presentes no momento histórico.

12

A frase abaixo em que o termo sublinhado indica simultaneidade temporal, é:

- (A) Enquanto houver vida, há esperança;
- (B) Assim que chegou a banda, a música começou;
- (C) Após a pandemia, alguns hábitos de higiene mudaram;
- (D) As encomendas para a festa chegaram em seguida;
- (E) Iniciada a confusão, a polícia chegou de imediato.

13

Todas as frases abaixo – retiradas do romance *Ressurreição*, de Machado de Assis – mostram vocábulos sublinhados ligados ao verbo “acostumar”; a frase abaixo, porém, em que deveria ser empregado um vocábulo ligado ao verbo “costumar”, é:

- (A) “Eu estava acostumada a admirá-lo de longe. Conhecia-o pouco, mas meu irmão falava-me muita vez a seu respeito nas cartas que me escrevia para Minas, e Raquel fazia coro com ele.”
- (B) “Seu irmão tem certo entusiasmo por mim, disse Félix; é natural que exagere os meus méritos. Quanto à filha do coronel, é uma criança, que se acostumou a ver-me com olhos de irmã mais moça.”
- (C) “A mulher dele, amigo leitor, era uma moça relativamente feliz. Estava mais que resignada, estava acostumada à indiferença do marido.”
- (D) “Lívia tratou-o com a acostumada afabilidade, talvez com afabilidade maior. Como a confiança de Félix não se havia alterado, Lívia usava assim uma dissimulação honesta, por simples motivo de piedade e gratidão.”
- (E) “O tom decidido do rapaz abalou o escravo, cujo espírito, acostumado à obediência, não sabia quase distingui-la do dever.”

14

Observe a seguinte frase, de autor anônimo:

“A inteligência é o farol que nos guia, mas é a vontade que nos faz caminhar”.

Sobre os componentes estruturais dessa frase, é correto afirmar que:

- (A) as duas ocorrências do pronome pessoal oblíquo “nos” exercem a mesma função sintática;
- (B) os dois segmentos da frase estão ligados pela conjunção adversativa “mas”, que opõe, nos dois segmentos, respectivamente, as formas verbais “nos guia” e “nos faz caminhar”;
- (C) ao dizer que a inteligência é o “farol”, o autor utiliza uma metáfora, indicando um valor negativo da inteligência, já que nos encontramos perdidos como as embarcações no meio do oceano;
- (D) nos dois segmentos, a expressão “é que” tem valor expletivo, servindo como elemento de realce;
- (E) os dois segmentos da frase podem trocar de posição sem modificação do sentido original: “A vontade é que nos faz caminhar, mas a inteligência é o farol que nos guia”.

15

Todas as frases abaixo mostram um advérbio com o sufixo -mente; a frase em que esse advérbio é de uma classificação diferente das demais, é:

- (A) A mediocridade não conhece nada melhor do que ela mesma, mas o talento reconhece instantaneamente o gênio;
- (B) O conceito de gênio como semelhante à loucura tem sido cuidadosamente alimentado pelo complexo de inferioridade do público;
- (C) Quando a cobra está dentro de casa, não é preciso discutir profundamente a questão;
- (D) Se você quer pensar independentemente, você deve me imitar;
- (E) Temos que sempre pensar originalmente.

16

Observe a frase de Thomas Edison: “Talento é 1% inspiração e 99% transpiração”.

A frase mostra a opinião de que o talento:

- (A) aplica-se sobretudo à poesia;
- (B) transparece em todas as ações;
- (C) depende sobretudo do trabalho;
- (D) está inserido na natureza humana;
- (E) aparece em todas as nossas ações.

17

A frase em que a palavra sublinhada mostra emprego indevido em função de um parônimo, é:

- (A) Virtudes não são acidentes da natureza. Virtudes são algo que se constrói (acidente / incidente);
- (B) Uma ideia medíocre que desperta entusiasmo irá mais longe do que uma grande ideia que não expira entusiasmo algum (expirar / inspirar);
- (C) Coloque uma pitada de ousadia em tudo o que você fizer (pitada / pontada);
- (D) Para se chegar na fonte é preciso nadar contra a corrente (fonte / frente);
- (E) Ninguém jamais se afogou em seu próprio suor (afogar / afagar).

18

No sentido de reduzir a extensão física da frase, a substituição de uma palavra de longa extensão por outra menor, de mesmo significado, ocorre de forma NÃO adequada em:

- (A) A seleção brasileira não se preparou adequadamente para o jogo contra o Senegal e, por isso, perdeu / bem;
- (B) O Brasil exportou enorme quantidade de soja, consequentemente, melhorou sua balança de pagamentos / pois;
- (C) Em função do Natal, as vitrines das lojas estão repletas de produtos / cheias;
- (D) Nas grandes cidades, a falta de solidariedade é visível / apoio;
- (E) Há muito individualismo nas grandes metrópoles / centros.

19

A frase abaixo em que as duas palavras sublinhadas mostram acento gráfico devido à mesma regra, é:

- (A) Quando a infância morre, seus cadáveres são chamados de adultos;
- (B) A adolescência é o período da vida em que os jovens se recusam a acreditar que um dia virão a ser tão tolos quanto os pais;
- (C) A melhor maneira de formar crianças boas é fazê-las felizes;
- (D) Insanidade é hereditária. Você pode pegá-la de suas crianças;
- (E) A metafísica é a tentativa de provar o inacreditável apelando para o incompreensível.

20

Observe a seguinte frase:

“A humanidade é a imortalidade dos mortais”.

A correspondência semântica entre os termos sublinhados se repete adequadamente em:

- (A) ingenuidade / ingênuos;
- (B) cordialidade / cordiais;
- (C) intranquilidade / tranquilos;
- (D) severidade / severos;
- (E) amoralidade / imorais.

Matemática, Raciocínio Lógico- Matemático, Estatística e Matemática Financeira

21

Seja C uma circunferência, seja q um quadrado inscrito em C e seja Q um quadrado circunscrito a C.

A razão entre a área de Q e a área de q é igual a:

- (A) 4;
- (B) 4/3;
- (C) 3;
- (D) 5/4;
- (E) 2.

22

Um conjunto A é constituído por uma sequência ordenada de números inteiros consecutivos. O conjunto tem um número par de elementos. A soma da metade dos menores números de A vale 35 e a soma da metade dos maiores números de A vale 60.

O número de elementos de A é igual a:

- (A) 10;
- (B) 12;
- (C) 14;
- (D) 16;
- (E) 18.

23

Um grupo de 50 pessoas praticam ao menos um dos seguintes esportes: futebol, vôlei, surfe. Há 12 pessoas que só são surfistas, 2 que só jogam futebol e 10 que só jogam vôlei. Além disso, 9 se dedicam ao futebol e ao surfe, 12 se dedicam ao futebol e ao vôlei e 11 praticam o vôlei e o surfe.

O total dos que fazem os três esportes é igual a:

- (A) 6;
- (B) 5;
- (C) 4;
- (D) 3;
- (E) 2.

24

Uma partícula está situada na origem de uma reta vertical e se move aos saltos ao longo dessa reta, segundo a seguinte regra probabilística: se ela está a uma distância d da origem, ela tem probabilidade igual a $1/(d+1)$ de saltar uma unidade para cima, e tem probabilidade igual a $d/(d+1)$ de saltar uma unidade para baixo. Seja X_3 a posição da partícula após três saltos e seja $E(X_3)$ a sua média.

O valor de $E(X_3)$ é igual a:

- (A) 2;
- (B) 1;
- (C) $2/3$;
- (D) $5/4$;
- (E) $4/3$.

25

Seja B o conjunto dos números racionais da forma $q=m/n$, onde m e n são inteiros positivos com $n < 15$, e tais que $0 < q \leq 10$.

O número de elementos do conjunto B é igual a:

- (A) 500;
- (B) 510;
- (C) 520;
- (D) 530;
- (E) 540.

26

Seja X_1 uma variável aleatória com distribuição normal de probabilidade, de média 2 e desvio-padrão 4. Seja X_2 uma variável aleatória com distribuição normal de probabilidade de média 1 e desvio-padrão igual a 2.

É correto afirmar que:

- (A) $P\{X_1 < 3,6\} = P\{X_2 < 1,8\}$;
- (B) $P\{X_1 < 3,6\} = 1 - P\{X_2 < 1,8\}$;
- (C) $P\{X_1 < 1,8\} = P\{X_2 < 3,6\}$;
- (D) $P\{X_1 < 1,8\} = 1 - P\{X_2 < 3,6\}$;
- (E) $P\{X_1 < -1,8\} = P\{X_2 < -3,6\}$.

27

Uma duplicata tem valor de face de R\$ 1.210,00 e pode ser descontada com dois meses de antecedência por R\$ 1.000,00.

Considerando-se um desconto racional, os juros compostos mensais que estão sendo praticados são iguais a:

- (A) 10%;
- (B) 10,5%;
- (C) 11%;
- (D) 11,5%;
- (E) 12%.

28

A duas rodadas do término do campeonato de basquete, o Detrês lidera a competição e precisa de uma vitória ou dois empates para se sagrar campeão. Ele joga uma partida fora de casa e outra em casa. O Detrês ganhou 15 dos 30 jogos anteriores fora de casa, tendo perdido 10 e empatado 5 partidas. Já em casa, ele ganhou 20, perdeu 6 e empatou 4 das últimas 30 partidas.

Com base nessas estatísticas, a probabilidade do Detrês ganhar o campeonato situa-se entre:

- (A) 90% e 95%;
- (B) 85% e 90%;
- (C) 80% e 85%;
- (D) 75% e 80%;
- (E) 70% e 75%.

29

Em uma turma de estudantes de música, verificaram-se as seguintes características:

- Todo aluno de flauta tem mais de 18 anos.
- Quem estuda violão tem menos de 18 anos
- Os alunos de piano também estudam percussão.
- Há alunos que estudam percussão e violão.
- Nenhum aluno de percussão tem mais de 18 anos.
- Nenhum aluno de percussão estuda violão.

É correto afirmar que:

- (A) há alunos de piano com mais de 18 anos;
- (B) há alunos que estudam flauta e violão;
- (C) na classe de piano ninguém estuda flauta;
- (D) na classe de percussão todos aprendem flauta;
- (E) na classe de piano todos aprendem violão.

30

Sônia atrasou por 50 dias o pagamento de uma conta no valor de R\$ 1.000,00. Ela verificou que pagaria 0,2% de juros diários de multa, mas não sabia se os juros eram compostos ou simples.

Usando a aproximação $(1+x)^n \cong 1+nx+n(n-1)x^2/2$, ela concluiu que a diferença entre juros compostos e juros simples corresponderia a um valor situado entre:

- (A) R\$ 3,00 e R\$ 3,50;
- (B) R\$ 3,50 e R\$ 4,00;
- (C) R\$ 4,00 e R\$ 4,50;
- (D) R\$ 4,50 e R\$ 5,00;
- (E) R\$ 5,00 e R\$ 5,50.

Economia e Finanças Públicas

31

Considerando o modelo de Solow, um aumento na taxa de poupança:

- (A) leva a um estoque de capital por trabalhador mais alto em estado estacionário;
- (B) leva a um aumento imediato da renda *per capita* no estado estacionário;
- (C) faz com que o investimento fique temporariamente abaixo da depreciação;
- (D) eleva o crescimento da renda *per capita* que cai com o tempo porque a produtividade marginal do capital é crescente;
- (E) gera aumento permanente na taxa de crescimento do produto *per capita*.

32

Um Município iniciou um projeto de requalificação de suas áreas urbanas, parte por investimentos próprios e parte em regime de concessão à iniciativa privada.

Há uma série de externalidades geradas por programas dessa natureza, e a classificação da despesa pública indica o efeito econômico da aplicação desses recursos por meio da análise das categorias que envolvem:

- (A) a descrição dos objetos do gasto;
- (B) o detalhamento dos grupos de natureza de despesa;
- (C) as fontes de recursos para custeio do programa;
- (D) a forma de aplicação dos recursos;
- (E) os montantes de despesas correntes e de capital.

33

Ao final de um exercício financeiro em um dado Município, foi verificado que a dotação de uma programação de despesa autorizada por meio de crédito adicional à LOA do exercício não tinha sido integralmente empenhada, restando 50% do saldo a empenhar.

O gestor comunicou que gostaria de reabrir o saldo no exercício seguinte, mas foi alertado de que só será possível caso o crédito:

- (A) seja do tipo extraordinário, aberto ao longo do exercício;
- (B) seja do tipo suplementar ou especial, com autorização na LDO;
- (C) seja do tipo suplementar, para cobertura de investimentos não concluídos no final do exercício;
- (D) tenha sido aberto nos últimos quatro meses do exercício e seja especial ou extraordinário;
- (E) tenha sido aberto para a cobertura de despesas extraordinárias, sem comprometimento da meta fiscal.

34

Um Município recebeu recursos decorrentes de uma emenda parlamentar apresentada ao orçamento federal por um deputado eleito com apoio daquela unidade da federação.

Os recursos da emenda foram alocados por meio de transferência especial e, nesse caso, o Município:

- (A) deve aplicar os recursos recebidos em área de competência do ente transferidor;
- (B) deve aplicar os recursos recebidos em investimentos da área de saúde e educação;
- (C) deve executar rigorosamente a programação estabelecida na emenda parlamentar;
- (D) é vedado de aplicar os recursos em ações executadas por meio de consórcios públicos;
- (E) pode firmar contratos de cooperação técnica para subsidiar o acompanhamento da aplicação dos recursos.

35

A elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) requer a disponibilidade de informações confiáveis e uma equipe técnica bem qualificada, em decorrência da complexidade de alguns conceitos e conteúdos envolvidos no instrumento.

Como a LDO é um dos instrumentos de transparência fiscal, o seu conteúdo deve contemplar:

- (A) atualizações quadrimestrais, junto à publicação do relatório de gestão fiscal;
- (B) condições para transferências de recursos do orçamento a entidades públicas e privadas;
- (C) critérios para aprovação e execução de emendas parlamentares ao orçamento;
- (D) indicação da fonte de recursos para cobertura de alterações na proposta orçamentária do exercício seguinte;
- (E) limites para aplicação de recursos da reserva de contingência em despesas correntes e de capital.

36

Relacione cada estrutura de mercado com suas respectivas características.

1. Perfeitamente competitivo
2. Oligopolista
3. Monopolista
4. Concorrência monopolística

- () Mercado atomizado, produtos homogêneos e livre entrada e saída de empresas no mercado.
- () Não há produtos substitutos próximos, existência de barreiras à entrada de empresas concorrentes e oferta da empresa é igual à oferta de mercado.
- () Muitas empresas produtoras, livre entrada e saída de empresas no mercado e produtos diferenciados, mas com substitutos próximos.
- () Existência de empresas dominantes que fixam o preço, existência de barreiras à entrada de novas empresas e produtos que podem ser homogêneos ou diferenciados.

A relação correta, de cima para baixo, é:

- (A) 1, 2, 3 e 4;
- (B) 1, 3, 4 e 2;
- (C) 2, 1, 3 e 4;
- (D) 4, 3, 1 e 2;
- (E) 4, 3, 2 e 1.

37

De acordo com o modelo keynesiano, a função consumo deve apresentar as seguintes propriedades, com exceção de:

- (A) o consumo ser diretamente proporcional à renda;
- (B) a propensão marginal a consumir variar entre 0 e 1;
- (C) a propensão média a consumir ser decrescente em relação à renda;
- (D) a taxa de juros e o estoque de riqueza afetarem o consumo;
- (E) o consumo ser uma função estável da renda.

38

Considere o Modelo IS-LM-BP e uma economia com mobilidade perfeita de capital e câmbio fixo.

A estática comparativa correta é:

- (A) o BC, ao expandir a base monetária, eleva a taxa de juros e gera uma saída de capital, elevando a renda final de equilíbrio;
- (B) a expansão monetária desloca a curva LM para a direita, e o déficit comercial desloca as curvas IS e BP para a direita, elevando a renda;
- (C) o governo expande os gastos públicos, com juros subindo acima dos juros externos, gerando entrada de capitais, expandindo o estoque monetário e, assim, elevando mais ainda a renda de equilíbrio;
- (D) a expansão fiscal eleva a renda, gerando déficit do governo, incorrendo em depreciação cambial temporária, elevando ainda mais o déficit público e a renda de equilíbrio;
- (E) o aumento das tarifas de importação gera superávit da balança de pagamentos, mas as curvas BP e IS retornam ao ponto de equilíbrio original.

39

Em relação à Teoria da Inflação Inercial, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () Inflação tende a decorrer das práticas contratuais que repunham a inflação passada a cada data-base.
- () Tentativa dos agentes econômicos de repor sua remuneração de pico, como uma atitude defensiva.
- () Existência de contratos com cláusulas de indexação, com sincronia dos picos no tempo, de forma a manter o poder de compra dos trabalhadores.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) V, V, F;
- (C) V, F, F;
- (D) F, V, V;
- (E) F, F, F.

40

Existem duas formas de se medir o produto de uma economia: pelas óticas do dispêndio e da renda. A partir do uso de uma dessas óticas ou de ambas, é correto afirmar que:

- (A) a demanda final iguala a soma de lucros, juros e aluguéis;
- (B) o valor agregado do produto iguala a soma do consumo e do investimento;
- (C) a igualdade entre produto e dispêndio vem do conceito de produto, que engloba todos os destinos possíveis do produto;
- (D) o produto iguala a renda que iguala o dispêndio dos salários;
- (E) o conceito de renda se refere à remuneração dos fatores de produção.

Direito Administrativo

41

Michel e Morgana foram aprovados em concurso público para cargo efetivo de nível superior do Município do Rio de Janeiro.

Morgana teve melhor classificação e foi convocada mais de um ano antes de Michel. Ela era servidora pública federal estável, que pediu declaração de vacância do cargo anterior de analista de certo Ministério e entrou em exercício no dia seguinte de sua posse, mas, durante o período do estágio probatório, quando solicitada, deixou de apresentar a sua declaração de imposto de renda, no prazo determinado pela Administração, pois teve evolução patrimonial a descoberto que acreditava que teria dificuldades para explicar.

Michel foi convocado bastante tempo depois e, passados quarenta dias de sua posse, ele não entrou em exercício, sem apresentar qualquer justificativa para a Administração, na medida em que optou por aguardar a sua investidura em outro cargo público estadual, para o qual também fora aprovado.

Considerando os fatos descritos, os ditames da Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, e o disposto na Lei nº 94/1979 do Município do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) Morgana tem estabilidade no serviço público, de modo que não deveria se submeter a estágio probatório em relação ao novo cargo;
- (B) Michel deve ser exonerado, pois não entrou em exercício no prazo de trinta dias a contar da data de sua posse, sem qualquer justificativa para a Administração;
- (C) Morgana não precisava ter pedido a vacância do cargo federal, diante da possibilidade de acumulação de cargos relacionados a entes federativos distintos;
- (D) a investidura de Michel se completou com a sua posse, de modo que ele deveria ser demitido em razão da grave falta funcional descrita;
- (E) tanto Morgana quanto Michel deveriam ser exonerados dos respectivos cargos em que tomaram posse, em decorrência dos fatos narrados.

42

Ao compulsar a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, Galileu verificou que, acerca da matéria atinente à organização da respectiva Administração Pública, é correto afirmar que:

- (A) constituem a administração direta os órgãos com personalidade jurídica de direito público, integrantes da estrutura administrativa de qualquer dos Poderes do Município;
- (B) a administração indireta não pode ser constituída por pessoas jurídicas de direito privado, pois é composta por autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista;
- (C) as empresas públicas e as sociedades de economia mista em que o Município detenha a maioria do capital com direito a voto são patrimônio do Município e só poderão ser extintas, fundidas ou ter alienado o controle acionário mediante lei;
- (D) a prestação de serviços públicos poderá ser delegada a particular mediante concessão ou permissão, mas, nesse último caso, não será necessário procedimento licitatório, por se tratar de ato administrativo, formalizado mediante termo;
- (E) a administração fundacional é constituída apenas pelas fundações públicas ou, eventualmente, pelas fundações de direito privado que venham a ser criadas após a edição da Lei Complementar exigida pela Constituição da República de 1988 para a definição de sua área de atuação.

43

Na qualidade de agente de contratação de determinado órgão, Regina, servidora estável ocupante de cargo efetivo do Município do Rio de Janeiro, foi questionada acerca das peculiaridades dos contratos no âmbito da nova lei de licitações e contratações (Lei nº 14.133/2021), notadamente com relação ao prazo de duração e viabilidade de extinção antes do termo final de um contrato de aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática, que não tem qualquer relação com sistemas estruturantes de tecnologia.

Em relação ao aludido questionamento, Regina deveria afirmar, corretamente, que o contrato em questão pode:

- (A) ter prazo de até cinco anos, observadas as diretrizes legais, dentre as quais, ser atestada a vantagem econômica da contratação plurianual e a existência de créditos orçamentários a cada exercício financeiro, cabendo à Administração a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando entender que a avença não mais lhe oferece vantagem, extinção esta que, ressalvadas exceções em que não seria cabível, ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato;
- (B) ser inicialmente celebrado com prazo de até dez anos, sem contar a viabilidade de prorrogação do termo inicial, desde que, dentre outras diretrizes legais, haja previsão no plano plurianual e disponibilidade de créditos orçamentários a cada exercício, sendo certo que se o contrato não for mais vantajoso para a Administração, a extinção depende da justificação expressa do respectivo interesse público e do pagamento de indenização;
- (C) ter a vigência máxima de até quinze anos, em decorrência de seu objeto, desde que atendidas as diretrizes legais, notadamente a previsão no plano plurianual e a disponibilidade de créditos orçamentários a cada exercício financeiro, com a possibilidade de extinção, sem ônus, para a Administração a qualquer momento por razão de interesse público, mediante a devida justificação de que não há mais vantagem econômica para a manutenção da avença;
- (D) ter prazo indeterminado, desde que atestada a maior vantagem econômica vislumbrada em decorrência da contratação plurianual, bem como a disponibilidade de créditos orçamentários a cada exercício, dentre outras diretrizes, sendo possível a extinção a qualquer momento, quando a autoridade entender que o contrato não mais oferece vantagem para a Administração, mediante pagamento de prévia indenização ao contratado;
- (E) ser formalizado com prazo de até cinco anos, observadas as diretrizes legais, dentre as quais a previsão no plano plurianual e a existência de créditos orçamentários a cada exercício financeiro, revelando-se viável a sua prorrogação sucessiva até a vigência máxima decenal, vedada a negociação com o contratado, cabendo à Administração a opção de extinguir o contrato, sem ônus, a qualquer momento, quando entender que a avença não mais lhe oferece vantagem.

44

De forma livre e consciente, Adamastor, agente público competente, dolosamente, permitiu a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento, o que implicou perda patrimonial efetiva ao erário municipal.

Ao tomar conhecimento de tais fatos, os representantes da Fazenda Pública prejudicada almejam que o Município ajuíze a respectiva ação de improbidade administrativa em desfavor de Adamastor, com o escopo de obter o ressarcimento ao erário, ou, eventualmente, para que celebre acordo de não persecução civil para tal finalidade.

Diante dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 e a orientação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que o Município:

- (A) não tem legitimidade para ajuizar a ação de improbidade, mas pode celebrar o acordo de não persecução civil, desde que anteriormente ao ajuizamento de tal demanda;
- (B) tem legitimidade para ajuizar a ação de improbidade, bem como para celebrar acordo de não persecução civil, desde que anteriormente ao ajuizamento da demanda;
- (C) tem legitimidade para a ação de improbidade, mas não pode celebrar acordo de não persecução civil, pois o Ministério Público é o único legitimado para realizá-lo em qualquer momento processual;
- (D) não tem legitimidade para ajuizar a ação de improbidade, nem para celebrar acordo de não persecução civil, em decorrência de o Ministério Público ser o único legitimado para ambos;
- (E) tem legitimidade para ajuizar ação de improbidade e para formalizar o acordo de não persecução civil, mesmo que o processo esteja em fase de execução da sentença condenatória.

45

As autoridades competentes do Município do Rio de Janeiro estão analisando a viabilidade de constituir uma parceria público-privada, com base na Lei nº 11.079/2004, com vistas a realizar determinado serviço, que não se enquadra como serviço público, mas envolve a execução de obra e o fornecimento e a instalação de bens, do qual a Administração será usuária direta, incompatível, portanto, com a cobrança de tarifas.

Em relação à aludida situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) diante da impossibilidade de cobrança de tarifa, não é viável constituir nenhuma das modalidades de parceria público-privada;
- (B) por não versar sobre serviços públicos, ainda que *uti universi*, não será possível a constituição de nenhuma das modalidades de parceria público-privada;
- (C) poderia ser utilizada a concessão administrativa na situação descrita, preenchidos os demais requisitos estabelecidos em lei;
- (D) poderia ser utilizada a concessão patrocinada na situação descrita, preenchidos os demais requisitos estabelecidos em lei;
- (E) considerando que mais de 70% da remuneração será realizada pelo parceiro público, é necessária a autorização legislativa para a constituição da modalidade de parceria público-privada cabível.

46

Em determinado Município, os servidores que atuavam em uma das respectivas Secretarias podiam integrar duas carreiras distintas, compostas por cargos efetivos, cujo ingresso dependia de concurso público, que tinham requisitos diferentes diante da natureza e complexidade das atribuições, a saber: a de agente, que exigia nível médio; e a de auditor, que exigia nível superior.

Ocorre que o prefeito de tal Município apresentou projeto de lei, para unificar as mencionadas carreiras, consolidando os respectivos cargos naquela que passou a designar apenas de auditor, com a exigência de nível superior para fins de ingresso e a adoção da remuneração que até então era a superior.

Tal projeto foi aprovado pela respectiva Câmara de Vereadores, resultando na Lei nº XYZ, que, além de cancelar a unificação das carreiras, aumentou, por iniciativa da Casa Legislativa, a remuneração dos servidores que passaram a integrá-la.

Diante dessa situação hipotética, à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do regime constitucional dos servidores públicos, é correto afirmar que:

- (A) é constitucional o aumento de remuneração conferido aos servidores integrantes da carreira unificada decorrente da Lei nº XYZ;
- (B) a unificação das carreiras é inconstitucional, pois os servidores têm direito adquirido ao regime jurídico existente quando ocorreu o seu provimento originário;
- (C) a Lei nº XYZ é constitucional, notadamente porque a matéria atinente ao funcionamento e organização da Administração pode até mesmo ser objeto de Decreto;
- (D) a transposição dos mencionados agentes fiscais para a carreira unificada pela Lei nº XYZ é inconstitucional, na medida em que distintos os requisitos do seu provimento originário;
- (E) a unificação das carreiras é constitucional, na medida em que estabelecida por lei, que importa na melhora da situação dos servidores das carreiras então existentes.

47

Imagine que certo vereador do Município do Rio de Janeiro, na condição de cidadão, pretenda obter dados do Poder Executivo acerca da gestão municipal, que não estão abarcados por sigilo. Ele acredita que existam relevantes informações detidas pela Administração que não foram devidamente publicadas em sítios eletrônicos, diante da consagração do princípio da transparência, tanto pela Lei nº 12.527/2011 quanto pelo Decreto Rio nº 44.745/2018 e alterações, dentre as quais estão os dados atinentes à publicação de relatórios contendo as estatísticas de acesso a tais informações.

Considerando a situação hipotética narrada, à luz das mencionadas normas e da orientação dos Tribunais Superiores acerca do tema, é correto afirmar que:

- (A) o parlamentar não pode solicitar as informações em questão, em relação a qualquer das dimensões da transparência, sob pena de violar o princípio da separação de poderes;
- (B) ao requerer as informações em questão, o vereador estaria, caso possível, a promover a transparência reativa, que corresponde ao direito de requerer acesso aos dados detidos pela Administração que não foram publicados;
- (C) o pleito do vereador é válido, correspondendo à manifestação pertinente à transparência ativa, enquanto a publicação dos mencionados relatórios consta como dever decorrente da transparência passiva, na forma da norma local;
- (D) o requerimento do parlamentar é inconstitucional, pois a sua pretensão se enquadra como manifestação da transparência passiva, que não lhe pode ser assegurada, diferentemente da transparência ativa, em relação à qual o vereador poderia buscar implementação;
- (E) o parlamentar pode pleitear o acesso às informações em questão, cujo requerimento é manifestação da transparência passiva, sendo certo que a publicação dos relatórios em comento é enquadrada pela norma local como dever decorrente da transparência ativa.

48

Lourival, servidor público municipal estável, no âmbito de suas atribuições, relacionadas ao exercício do poder de polícia, verificou a existência de uma obra irregular, que está colocando em risco a vida e a saúde dos respectivos operários e da população que transita no local, bem como a incolumidade das casas do entorno.

Em razão disso, o responsável pela construção já foi multado por três vezes, além de ter sido determinado o embargo da obra, após o devido processo administrativo, nos termos da lei local, sem qualquer sucesso, considerando que tal irregularidade vem se perpetuando.

Considerando que a norma local também prevê a possibilidade de demolição de obras que se enquadrem em tais circunstâncias, Lourival está com fundadas dúvidas acerca da viabilidade de a Administração levar a efeito tal destruição do imóvel, sem a intervenção do Judiciário.

Acerca dessa situação hipotética, considerando os atributos do poder de polícia e a orientação do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que é:

- (A) viável que a Administração leve a efeito a demolição sem a intervenção do Judiciário, em decorrência da autoexecutoriedade do poder de polícia, atributo de que não goza sanção de multa;
- (B) inviável que a Administração leve a efeito a demolição sem a autorização do Judiciário, na medida em que a autoexecutoriedade do poder de polícia não admite meios diretos de coerção, ainda que de forma proporcional;
- (C) viável que a Administração leve a efeito a demolição sem a intervenção do Judiciário, considerando que todas as medidas e sanções de polícia mencionadas são dotadas do atributo da autoexecutoriedade do poder de polícia;
- (D) inviável que a Administração venha a ajuizar ação para fins de levar a efeito a demolição do imóvel em questão, em razão da falta de interesse de agir, fulminada pelo atributo da exigibilidade do poder de polícia;
- (E) inviável que a Administração leve a efeito as medidas e sanções de polícia descritas, pois não se lhes pode reconhecer o atributo da autoexecutoriedade, sendo dotadas apenas de exigibilidade, dependendo, portanto, de decisão judicial para a sua implementação.

49

Liz estava estudando para o concurso público de fiscal de rendas no âmbito da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Município do Rio de Janeiro, quando passou a aprofundar a matéria atinente aos aspectos relevantes do princípio da segurança jurídica, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal e do disposto no Decreto-Lei nº 4.657/1942, notadamente em decorrência da redação conferida pela Lei nº 13.655/2018.

Acerca do tema, Liz concluiu, corretamente, que:

- (A) o princípio da proteção da confiança legítima não tem relação com o princípio da segurança jurídica ou com o Estado Democrático de Direito;
- (B) o princípio da segurança jurídica importa no reconhecimento de que as respostas a consultas formuladas a autoridades competentes não possam ter caráter vinculante;
- (C) as autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive, dentre outros instrumentos, por meio de súmulas administrativas;
- (D) em decorrência do princípio da segurança jurídica, é possível que se declarem inválidas situações plenamente constituídas com base em interpretação anterior, que não mais se compatibilize com mudança posterior de orientação geral;
- (E) o princípio da segurança jurídica esgota-se em sua dimensão objetiva, condizente com as garantias fundamentais, além dos institutos relacionados aos efeitos do tempo nas relações jurídicas, tais como prescrição e decadência.

50

Em auditoria realizada junto ao Município Delta, surgiram fortes indícios de que a sociedade Imaginária, de má-fé, apresentou documentação falsa para fins de obtenção de certo benefício fiscal, que a ela foi conferido há oito anos. Em razão disso, a autoridade competente visa a adotar as medidas necessárias para fins de anular tal benesse.

Diante dessa situação hipotética, considerando que não há norma local que verse sobre a anulação, convalidação e extinção dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) não é mais possível anular o ato em questão, na medida em que se operou a convalidação involuntária por meio da decadência, independentemente da má-fé da beneficiária;
- (B) considerando o transcurso de prazo superior a cinco anos do ato viciado em questão, houve a sanatória involuntária da situação, consolidada em razão da prescrição;
- (C) o Município deve, de plano, anular o ato em questão, sem notificar a beneficiária para propiciar a ampla defesa e o contraditório, diante de sua má-fé e da gravidade do vício;
- (D) mesmo após oito anos, caberá a anulação do benefício na situação descrita, após a ampla defesa e o contraditório, diante da má-fé da beneficiária;
- (E) o benefício em questão deveria ser revogado, e não anulado, pois a revogação é modalidade de extinção cabível quando verificada a existência de vícios insanáveis no ato, que pode ocorrer a qualquer momento.

Direito Civil e Empresarial

51

A sociedade X devia cinco milhões de reais à sociedade Y. Como não dispunha do dinheiro para quitar a dívida, deu em pagamento uma fazenda de sua propriedade, na qual existia uma vasta plantação de árvores destinadas ao corte.

Nesse caso, é correto afirmar que, na falta de cláusula contratual específica, as árvores:

- (A) apesar de poderem configurar bens móveis por antecipação, não estão abrangidas pela dação em pagamento do imóvel;
- (B) compreendidas como pertenças, não estão abrangidas pela dação em pagamento do imóvel;
- (C) apesar de poderem configurar bens móveis por antecipação, estão abrangidas pela dação em pagamento do imóvel, por força do princípio da gravitação jurídica;
- (D) apesar de poderem configurar acessões naturais, estão abrangidas pela dação em pagamento do imóvel, por força do princípio da gravitação jurídica;
- (E) por estarem incorporadas ao solo, são consideradas parte do imóvel, independentemente de sua finalidade econômica, razão pela qual estão contempladas pela dação em pagamento do imóvel.

52

A Fazenda Pública do Município do Rio de Janeiro foi intimada eletronicamente pelo Juízo da X Vara Empresarial para, no prazo legal, apresentar diretamente ao administrador judicial da massa falida da Livraria Santo Antônio de Sá S/A a relação completa de seus créditos referentes a tributos municipais inscritos em dívida ativa. A intimação determinou que os valores apresentados estejam acompanhados dos cálculos, da classificação e das informações sobre a situação atual.

Consideradas tal informação e as disposições da legislação falimentar, é correto afirmar que:

- (A) caso a Fazenda Pública do Município do Rio de Janeiro não atenda à intimação para participar do incidente de classificação de crédito público, perderá a prioridade legal em relação aos créditos tributários extraconcursais, que serão pagos na ordem de pagamento prevista para os créditos tributários concursais;
- (B) havendo objeção a algum crédito da Fazenda Pública, se o juiz rejeitar os esclarecimentos dela, determinará a reserva integral até o julgamento definitivo; ademais, antes da homologação do quadro de credores, o juiz concederá prazo comum de dez dias para que o administrador judicial e a Fazenda Pública manifestem-se sobre a situação atual do crédito;
- (C) apresentada a relação completa dos créditos referentes a tributos municipais, o falido, os demais credores, o representante do Ministério Público e o administrador judicial disporão do prazo comum de dez dias para manifestar objeções, versando essas, limitadamente, sobre os cálculos e a classificação do crédito na falência;
- (D) caso seja oferecida alguma objeção sobre o cálculo apresentado ou a classificação do crédito na falência, a Fazenda Municipal será intimada para prestar, no prazo de cinco dias, eventuais esclarecimentos a respeito das manifestações dos oponentes;
- (E) se os créditos apresentados pela Fazenda Pública do Município do Rio de Janeiro forem incontroversos e exigíveis, o juiz determinará ao administrador judicial que os inclua no quadro geral de credores como créditos extraconcursais, na última posição da ordem legal desses créditos.

53

Em 31 de dezembro de 2015, a sociedade Doutor Loretti, distribuidora de veículos automotores Ltda., celebrou com Nuages S/A (produtora) contrato de concessão comercial, ajustado por prazo determinado de sete anos. Em março de 2022, o concessionário notificou por escrito, com aviso de recebimento, o concedente de que não pretendia renovar o contrato por desinteresse.

Considerada a narrativa dos fatos e as disposições legais sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre, é correto afirmar que:

- (A) a concessão comercial entre produtor e distribuidor de veículos automotores será ajustada por prazo indeterminado e só pode cessar nas hipóteses legais, dentre as quais não se encontra a denúncia imotivada;
- (B) o concessionário notificou por escrito e com aviso de recebimento o concedente antes de cento e oitenta dias do termo final, estando, desta forma, o contrato extinto;
- (C) como o concessionário notificou o concedente do desinteresse na prorrogação do contrato em março de 2022, após sessenta meses de sua vigência, o contrato foi prorrogado por prazo indeterminado;
- (D) diante de a notificação ao concedente ter sido feita nos doze meses do último ano do contrato e por escrito, o contrato estará de pleno direito encerrado a partir de janeiro de 2023;
- (E) diante da tempestividade da notificação, feita de forma correta, o contrato está extinto e o concedente é obrigado a readquirir o estoque de veículos novos pelo preço de venda à rede de distribuição vigente na data de reaquisição.

54

A sociedade SSS contratou os serviços de armazenagem da sociedade JJJ. Entregou, então, dez caixas de material químico, a serem conservadas e mantidas pelo período de um ano.

Chegado o termo final, a sociedade SSS notifica a sociedade JJJ para que lhe devolva as caixas.

Considerando essa dinâmica obrigacional, vê-se que há duas principais prestações a cargo da sociedade JJJ.

Sobre os regimes da mora relativos a essas prestações, é correto afirmar que são:

- (A) idênticos, notadamente porque, em caso de injusta recusa da sociedade SSS (*mora accipiendi*), permitem que o devedor se exonere pela consignação em pagamento;
- (B) idênticos, notadamente porque admitem que, em caso de inadimplemento relativo da sociedade JJJ (*mora solvendi*), permitem, à luz da disciplina do Código Civil, que o trabalho seja executado por terceiros às custas da devedora;
- (C) diversos, na medida em que só a obrigação de devolver as caixas admite, à luz da disciplina do Código Civil, a consignação em pagamento em caso de injusta recusa da sociedade SSS (*mora accipiendi*);
- (D) diversos, na medida em que só a obrigação de devolver as caixas admite, à luz da disciplina do Código Civil, o cumprimento por terceiros às custas da devedora em caso de inadimplemento relativo da sociedade JJJ (*mora solvendi*);
- (E) diversos, na medida em que só a obrigação de conservar e manter as caixas admite, à luz da disciplina do Código Civil, a consignação em pagamento em caso de injusta recusa da sociedade SSS (*mora accipiendi*).

55

A sociedade KJL tinha por objeto social o comércio eletrônico de eletrodomésticos e desenvolvia sua empresa exclusivamente pelo sítio eletrônico.

Ocorre que, tendo contraído uma dívida com a sociedade MDMD, sofreu a penhora do nome de domínio, o qual, posteriormente, foi arrematado, em leilão judicial, pela sociedade MDQEM.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) à luz da definição do Art. 1.142 do Código Civil (“[c]onsidera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária”), não é possível reconhecer a existência, no direito brasileiro, de estabelecimentos empresariais exclusivamente virtuais;
- (B) embora seja possível o reconhecimento, no direito brasileiro, de estabelecimentos empresariais exclusivamente virtuais, não se pode conceber um trespasse de tal espécie de estabelecimento, por ser inaplicável a disciplina do Código Civil ao ambiente eletrônico;
- (C) é possível o reconhecimento, no direito brasileiro, de estabelecimentos empresariais exclusivamente virtuais, sendo certo que, no caso concreto, ocorreu o trespasse, para todos os efeitos legais;
- (D) embora seja possível o reconhecimento, no direito brasileiro, de estabelecimentos empresariais exclusivamente virtuais, não se verifica, no caso concreto, um trespasse, mas uma aquisição originária do nome de domínio, por meio da arrematação judicial;
- (E) embora seja possível o reconhecimento, no direito brasileiro, de estabelecimentos empresariais exclusivamente virtuais, não se verifica, no caso concreto, um trespasse, mas uma aquisição derivada do nome de domínio, por meio da arrematação judicial.

56

Uma das obrigações legais aplicáveis aos empresários e sociedades empresárias é a realização da escrituração contábil nos instrumentos autorizados para este fim e com autenticação perante a Junta Comercial. Acerca dessa obrigação e desse tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em matéria de escrituração contábil, aplica-se a regra de indivisibilidade segundo a qual se dos fatos que resultam dos lançamentos, uns são favoráveis ao interesse do proprietário dos livros e outros lhe são contrários, ambos serão considerados em conjunto, como unidade. Tal regra é excepcionada nos casos de falência, dissolução judicial e desconsideração da personalidade jurídica.
- II. As restrições estabelecidas no Código Civil quanto ao exame da escrituração do empresário por terceiros, em parte ou por inteiro, não se aplicam às autoridades fazendárias, no exercício da fiscalização do pagamento de impostos, nos termos estritos das respectivas leis especiais.
- III. O juiz só poderá autorizar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração quando necessária para resolver questões relativas à sucessão empresarial, sociedade, administração, mandato ou gestão à conta de outrem, ou nos casos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

57

A Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) contém deveres para o acionista controlador e, nesse sentido, é correto afirmar que:

- (A) todo acionista controlador, seja o controle exercido de forma unitária ou compartilhada, e os acionistas ou grupo de acionistas que elegerem membro do conselho de administração, devem informar à CVM, em até cinco dias, as modificações verificadas em sua posição acionária na companhia, nas condições e na forma determinadas pela autarquia;
- (B) o acionista controlador de companhia aberta, empresa pública e sociedade de economia mista deverá informar à CVM e às Bolsas de Valores, em até quarenta e oito horas, as modificações em sua posição acionária na companhia, nas condições e na forma determinadas pela autarquia e pelas Bolsas de Valores;
- (C) o acionista controlador de companhia aberta e de capital autorizado deverá informar imediatamente à CVM e às entidades do mercado de balcão organizado, nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, as modificações em sua posição acionária na companhia;
- (D) o acionista controlador de companhia aberta que eleger membro do conselho de administração ou da diretoria deve informar à CVM e às Bolsas de Valores ou entidades do mercado de balcão organizado, nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, em até cinco dias úteis, as modificações em sua posição acionária na companhia, nas condições e na forma determinadas pela autarquia e pelas Bolsas de Valores;
- (E) o acionista controlador de companhia aberta e os acionistas ou grupo de acionistas que elegerem membro do conselho de administração ou do conselho fiscal deverão informar imediatamente à CVM e às Bolsas de Valores ou entidades do mercado de balcão organizado, nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, as modificações em sua posição acionária na companhia, nas condições e na forma determinadas pela autarquia.

58

O banco XYV ajuíza demanda de cobrança em face da sociedade W1S Ltda. e de seu diretor e sócio, Ataulfo. Pede a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade, sob o fundamento de que Ataulfo agiu com excesso de poderes, assumindo compromissos financeiros que iam além dos poderes de gestão outorgados a ele pelo contrato social e pela lei.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) é desnecessária a desconsideração da personalidade jurídica para cobrar diretamente de Ataulfo a dívida assumida;
- (B) o banco XYV invoca a teoria menor da personalidade jurídica, aplicável ao caso;
- (C) o banco XYV invoca a teoria maior da personalidade jurídica, aplicável ao caso;
- (D) o banco XYV deverá cobrar a dívida exclusivamente em face da sociedade W1S que, posteriormente, terá direito de regresso em face de Ataulfo;
- (E) o banco XYV deverá cobrar a dívida exclusivamente em face da sociedade W1S, sem possibilidade de direito de regresso em face de Ataulfo, por força da teoria da aparência.

59

A empresa P, situada em Mônaco, contrata a empresa R, com sede no Rio de Janeiro, para representá-la no território nacional, oferecendo seus serviços de engenharia civil para clientes brasileiros.

A empresa C, domiciliada em Recife, contratou, com a intermediação de R, os serviços de P. O negócio foi fechado em Niterói, para a montagem, pela empresa P, de uma complexa estrutura na cidade de Ospedaletti – Itália, e posterior remessa a Niterói, onde seria instalada.

A cláusula 18 do contrato prevê o seguinte: “o preço dos serviços será calculado pela conversão do valor de referência para a moeda do país do contratante, observada a soma com a carga tributária do local onde se constituir a obrigação”.

Nesse caso, à luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que a carga tributária a ser considerada é a de:

- (A) Mônaco;
- (B) Rio de Janeiro;
- (C) Recife;
- (D) Niterói;
- (E) Ospedaletti.

60

NÃO conta com a proteção ao bem de família o imóvel:

- (A) adquirido após a consolidação da dívida, quando já há demanda executiva em curso;
- (B) dado em caução de locação comercial;
- (C) do condômino, para pagamento de dívida decorrente de responsabilidade civil do condomínio insolvente em relação a terceiro;
- (D) em construção, no qual, por ora, só exista o terreno;
- (E) alugado a terceiros, quando o saldo da locação é revertido em favor da unidade familiar.

Tecnologia da Informação

Considere a existência de uma tabela relacional N , com apenas uma coluna, intitulada *numero*, contendo os números inteiros de 1 até 100, um em cada linha, como ilustrada a seguir.

N	
numero	
1	
2	
...	
99	
100	

Como pode haver discrepâncias entre implementações da linguagem SQL, é dado que a função $\text{sqrt}(x)$ retorna a raiz quadrada de x e que a expressão $a \% b$ retorna o resto da divisão inteira de a por b .

61

João abriu uma nova planilha no MS Excel e executou os seguintes passos:

digitou na célula A1 o valor 0;
 digitou na célula A2 o valor 1;
 digitou na célula A3 a fórmula “=A1 + A2”;
 selecionou a célula A3;
 digitou a combinação Ctrl-C no teclado;
 selecionou a área A4:A12;
 digitou a combinação Ctrl-V no teclado.

Ao final dessas operações, o valor exibido na célula A12 é:

- (A) 144
- (B) 89
- (C) 55
- (D) 2
- (E) 1

62

No contexto de Big Data, para armazenar petabytes de dados não estruturados, semiestruturados e estruturados, com alto nível de heterogeneidade, é necessário um banco de dados que:

- (A) use SQL como padrão;
- (B) garanta as propriedades ACID;
- (C) tenha esquemas de dados dinâmicos;
- (D) utilize um SBGD central e local com estrutura sequencial de processamento;
- (E) persista dados em tabelas relacionais como estrutura única de armazenamento.

63

Em bancos de dados relacionais, os relacionamentos entre entidades identificadas na modelagem de dados são explicitados no SQL por meio de:

- (A) Cláusulas Check;
- (B) Cláusulas Unique;
- (C) Foreign keys;
- (D) Primary keys;
- (E) Views.

64

Numa definição simplificada, números primos são os números inteiros a partir de 2 que só são divisíveis por eles mesmos e o número 1.

Assinale o comando SQL que produz a lista de todos, e somente, os números primos presentes na tabela *N*, descrita anteriormente.

- (A)

```
select numero from N np
  where np.numero >= 2
  and not exists (
    select * from N nn
    where nn.numero > 1
    and nn.numero <= sqrt(np.numero)
    and nn.numero % np.numero = 0 )
```
- (B)

```
select numero from N np
  where np.numero >= 2
  and np.numero not in (
    select * from N nn
    where nn.numero > 1
    and nn.numero < sqrt(np.numero)
    and np.numero % nn.numero = 0 )
```
- (C)

```
select numero from N np
  where np.numero >= 2
  and np.numero in (
    select nn from N nn
    where nn.numero > 1
    and nn.numero < sqrt(np.numero)
    and np.numero % nn.numero = 0 )
```
- (D)

```
select numero from N np
  where np.numero >= 2
  and np.numero = ALL (
    select * from N nn
    where nn.numero > 1
    and nn.numero < sqrt(np.numero)
    and np.numero % nn.numero = 0 )
```
- (E)

```
select numero from N np
  where np.numero >= 2
  and np.numero <> ALL (
    select * from N nn
    where nn.numero > 1
    and nn.numero < sqrt(np.numero)
    and np.numero % nn.numero = 0 )
```

65

Analise o comando SQL a seguir, que faz referência à tabela *N* descrita anteriormente.

```
select n1.numero * n2.numero
from N n1, N n2
where n1.numero <> n2.numero
```

O número de linhas do resultado produzido pela execução desse comando, sem contar a linha de títulos, é:

- (A) 9.000
- (B) 9.110
- (C) 9.900
- (D) 9.991
- (E) 10.000

66

Este é o resultado produzido por um determinado script SQL que utiliza a tabela N, anteriormente descrita.

A	B
2	50
3	33
4	25
5	20
6	16
7	14

Abaixo, são apresentadas três versões para o referido script, não necessariamente corretas.

I.

```
select x.numero A,
       (select count(*) from N
        where N.numero % x.numero = 0) B
from (select numero from N
      where numero >= 2 and numero <= 7) x
order by 2 desc
```

II.

```
select x.numero A,
       (select count(*) from N
        where N.numero % x.numero = 0) B
from (select numero from N
      where numero >= 2 and numero <= 7) x
where x.numero % x.numero = 0
order by 2 desc
```

III.

```
select x.numero A,
       (select count(*) from N
        where N.numero % x.numero = 0) B
from (select numero from N
      where numero >= 2 and numero <= 7) x
where x.numero % x.numero = 0
group by x.numero
having count(*) > 0
order by 2 desc
```

Sobre essas afirmativas, é correto afirmar que:

- (A) nenhuma delas produz o resultado correto;
- (B) somente I e II produzem o resultado correto;
- (C) somente II e III produzem o resultado correto;
- (D) somente III produz o resultado correto;
- (E) todas produzem o resultado correto.

67

No ambiente de Data Warehousing da SMFP/RJ, os dados são extraídos de diversas fontes e integrados para apoiar a fiscalização de rendas por meio do desenvolvimento de diversos artefatos de dados. Antes de começar as análises nesse ambiente, o fiscal de rendas Inácio fez consultas sobre o seu conteúdo, por exemplo:

- DW_Tributos, banco de dados analítico do tipo Data Warehouse que integra dados sobre os tributos arrecadados do Município do Rio de Janeiro.
- TP_EMPRESA, Caractere, 1, atributo que descreve o tipo da empresa contendo os seguintes valores: M - MEI ou S - Simples Nacional, e faz parte da tabela TB_EMPRESA.
- RL_Sit_Fiscal, relatório sobre a situação fiscal das empresas do Município do Rio de Janeiro.

O componente do ambiente de Data Warehousing, utilizado por Inácio, que foi desenvolvido para apoiar consultas sobre a descrição de cada artefato de dado, é:

- (A) ETL;
- (B) Métricas;
- (C) Dashboard;
- (D) Dimensões de Dados;
- (E) Repositório de Metadados.

68

O fiscal de rendas Renan está explorando a base de dados sobre a situação fiscal de empresas que atuam no Rio de Janeiro, e encontrou os seguintes padrões:

- TIPO_EMPRESA="MEI", RENDA_ANO="NIVEL A" -> QUANTIDADE_SOCIOS=1, SITUACAO_FISCAL="INADIMPLENTE" (suporte = 50%, confiança = 70%)
- TIPO_EMPRESA="Simples", RENDA_ANO="NIVEL B" -> QUANTIDADE_SOCIOS=2, SITUACAO_FISCAL="REGULAR" (suporte = 30%, confiança = 80%)

A técnica de Mineração de dados que Renan aplicou para descobrir elementos que ocorrem em comum dentro de um determinado conjunto de dados foi:

- (A) análise de cluster;
- (B) modelos preditivos;
- (C) árvores de decisão;
- (D) regras de associação;
- (E) técnicas de amostragem.

69

Observe a seguinte estrutura do conjunto de dados PESSOA que contém dados sobre pessoas e a sua renda anual.

Coluna	Tipo	Descrição
Idade	Contínua	Idade em anos
Ganho_capital	Contínua	Ganho de capital
Anos_estudo	Contínua	Anos de estudo
Horas_trabalhadas	Contínua	Horas trabalhadas
Sexo	Catagórica	Sexo
Raça / Etnia	Catagórica	Raça / Etnia
Educação	Catagórica	Educação
Ocupação	Catagórica	Ocupação
Classe_trabalho	Catagórica	Classe de trabalho
Classe	Catagórica	Renda (> 50 mil, <= 50 mil)

O conjunto de dados PESSOA será usado para a tarefa de aprendizagem supervisionada de classificação com a finalidade de prever se a renda (Classe) de uma pessoa excede 50 mil por ano.

Para isso, a operação de pré-processamento de dados que deve ser executada no conjunto de dados PESSOA é:

- (A) exclusão da coluna do tipo catagórica "Classe" que possui *outlier*;
- (B) discretização das colunas do tipo catagórica "Sexo, Raça / Etnia e Educação";
- (C) normalização por padronização das colunas do tipo catagórica "Ocupação e Classe_trabalho";
- (D) normalização das colunas do tipo contínua "Idade, Ganho_capital, Anos_estudo e Horas_trabalhadas";
- (E) imputação de valores com base na média dos valores existentes na coluna do tipo catagórica "Sexo" que possui valores faltantes.

70

Walter, fiscal de rendas, está analisando os tributos municipais pagos por estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço ao longo dos últimos cinco anos, utilizando a ferramenta Power BI. Para refinar a sua análise, Walter precisa gerar um relatório que permita realizar operações como drill-down.

A visualização que Walter deve usar é:

- (A) P&R;
- (B) Matriz;
- (C) Script R;
- (D) Treemaps;
- (E) Narrativa Inteligente.

Contabilidade Geral

71

Uma empresa construiu uma usina nuclear que foi concluída no final de 2022 a um custo de R\$ 10.000. O valor presente estimado dos custos de desmontagem da usina e restauração do local pelos danos causados por sua construção ao final de sua vida útil de 25 anos é de R\$ 980, que não está incluído no custo de construção de R\$ 10.000. Além disso, haverá danos contínuos ao meio ambiente pelas emissões de vários poluentes ao longo da vida operacional da usina, que deverá exigir remediação nos próximos 25 anos, custando aproximadamente R\$ 175 para cada ano de operação. A reparação decorrente de danos contínuos será realizada ao final da vida útil da usina. Assuma 10% de taxa de desconto.

Nesse caso, considerando-se as informações apresentadas, a empresa deve contabilizar:

- (A) uma depreciação linear da usina nuclear no valor de R\$ 400;
- (B) os juros da provisão de desmontagem da usina e restauração do local no valor de R\$ 98 anualmente;
- (C) uma provisão de desmontagem da usina e restauração do local no valor de R\$ 1.155;
- (D) uma provisão de desmontagem da usina e restauração do local no valor de R\$ 980;
- (E) uma provisão de desmontagem da usina e restauração do local no valor de R\$ 175.

72

Atualmente, temos um sistema de "atributos mistos" no qual é utilizada uma das duas formas de mensuração mais comumente usadas, baseadas em custo histórico e valor justo.

Nesse sentido, segundo os preceitos da Norma Brasileira de Contabilidade TG Estrutura Conceitual vigente:

- (A) o custo histórico é o atributo que torna as demonstrações contábeis úteis para os investidores;
- (B) o valor justo possui menor subjetividade quanto maior a hierarquia do valor justo (nível 3);
- (C) o custo histórico pode ser mais útil do que o valor justo em setores como o financeiro;
- (D) o custo histórico representa menor relevância e maior confiabilidade em comparação ao valor justo;
- (E) o valor justo é o que apresenta maior representação fidedigna em comparação ao custo histórico.

73

Uma empresa fechou um contrato com um cliente para construir um depósito no valor de R\$ 100.000, com um bônus de desempenho de R\$ 50.000, que será pago com base no prazo de conclusão. O valor do bônus de desempenho diminui em 10% por semana para cada semana além da data de conclusão acordada. Os requisitos desse contrato são semelhantes aos contratos que a empresa realiza, e a administração acredita que tal experiência é suficientemente preditiva. A administração estima que há uma probabilidade de 60% de que o contrato seja concluído na data de conclusão acordada, uma probabilidade de 30% de que seja concluído com 1 semana de atraso e 10% de probabilidade de que seja concluído com 2 semanas de atraso.

Nesse caso, considerando-se as informações apresentadas, o valor de reconhecimento da receita é de:

- (A) R\$ 100.000;
- (B) R\$ 130.000;
- (C) R\$ 145.000;
- (D) R\$ 147.500;
- (E) R\$ 150.000.

74

Uma empresa comercial adquiriu mercadorias por R\$ 1.000.000 e as revendeu por R\$ 1.500.000 (sem quaisquer outras despesas). Tanto na entrada quanto na saída, houve incidência de ICMS, PIS e Cofins não cumulativos de 20%.

Considerando-se somente as informações apresentadas, a empresa:

- (A) deverá recolher, efetivamente, R\$ 300.000 de tributos;
- (B) ao divulgar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), demonstrará a genuína carga tributária sobre seu valor adicionado;
- (C) deverá contabilizar R\$ 1.000.000 em estoques e em contrapartida, no passivo, R\$ 800.000 em fornecedores e R\$ 200.000 em tributos a recolher;
- (D) ao divulgar a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), demonstrará a genuína tributação que corresponde à efetiva realidade financeira;
- (E) apresentará um valor adicionado de R\$ 400.000.

75

O *hedge* de fluxo de caixa representa uma proteção à exposição de variabilidade nos fluxos de caixa da empresa que seja atribuível a um risco específico associado à totalidade de um ativo ou passivo reconhecido, ou a um componente desse ativo ou passivo ou, ainda, proteção contra a variabilidade nos fluxos de caixa de uma transação prevista altamente provável.

Enquanto o *hedge* atender aos critérios de qualificação, a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa observa a seguinte lógica:

- (A) o componente separado do patrimônio líquido associado ao item protegido deve ser ajustado ao maior valor entre o ganho ou a perda do instrumento de *hedge* (em valores absolutos);
- (B) a parcela do ganho ou da perda no instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo deve ser reconhecida no resultado;
- (C) qualquer ganho ou perda requerida para equilibrar a alteração na reserva de *hedge* de fluxo de caixa calculada é uma inefetividade de *hedge* que deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA);
- (D) se o item protegido for um instrumento patrimonial para o qual a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes (ORA), o ganho ou a perda do instrumento de *hedge* deve ser reconhecido no resultado;
- (E) qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de *hedge* é uma inefetividade de *hedge* que deve ser reconhecida no resultado.

76

Uma empresa comercial fabrica placas de circuito como componentes de automóveis. Durante a pandemia, a empresa experimentou um forte crescimento e apresentou as seguintes informações para o ano atual:

- Estoque no início do ano: R\$ 1.026.000
 - Estoque no final do ano, antes de quaisquer ajustes: R\$ 1.007.000
 - Custo total dos produtos vendidos, antes de quaisquer ajustes: R\$ 11.776.000
1. Durante o ano, a empresa registrou custos de produtos vendidos em consignação no valor de R\$ 22.000. No final do ano, nenhuma dessas unidades havia sido vendida.
 2. No último mês do ano, os contratos de remessa foram alterados de FOB (*free on board*) para CIF (*Cost, Insurance and Freight*), ou seja, R\$ 25.000 em valores de estoques estão em trânsito e não chegarão até que as demonstrações financeiras sejam divulgadas.
 3. A empresa verificou que um produto no estoque estava contabilizado com um custo de R\$ 112.000, mas possuía um valor realizável líquido de R\$ 100.800.
- Nesse caso, considerando-se as informações apresentadas, o estoque ajustado no fim do ano é de:
- (A) R\$ 995.800;
 - (B) R\$ 1.007.000;
 - (C) R\$ 1.017.800;
 - (D) R\$ 1.020.800;
 - (E) R\$ 1.042.800.

77

Considerando os princípios e as normas brasileiras de contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), para o teste de recuperabilidade de ativos não financeiros:

- (A) a taxa de desconto é dependente da estrutura de capital da entidade e da forma como a entidade tenha financiado a aquisição do ativo;
- (B) é utilizada a abordagem do fluxo de caixa esperado em que os ajustes para diversos fatores estão embutidos na taxa de desconto;
- (C) a entidade deve usar substitutos para estimar a taxa de desconto, quando uma taxa específica de um ativo não estiver diretamente disponível no mercado;
- (D) é utilizada a abordagem tradicional em que os diversos fatores impõem ajustes para se chegar aos fluxos de caixa esperados, ajustados pelo risco;
- (E) a taxa de desconto deve ser a taxa, depois dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado acerca do valor do dinheiro no tempo e riscos específicos.

78

Uma empresa de estacionamento aluga vagas específicas no seu terreno. Todas as vagas do estacionamento são alugadas por meio de um contrato padrão. Pelo contrato, o cliente obtém o direito exclusivo de estacionar em uma vaga específica durante todo o período do contrato. A empresa não pode alterar o espaço designado ao cliente. A vaga no estacionamento atribuída é identificada por um número pintado no chão e os custos de manutenção não são significativos.

Nesse caso, considerando-se as informações apresentadas, o estacionamento deve ser contabilizado como:

- (A) imobilizado;
- (B) propriedade para investimento;
- (C) estoque;
- (D) ativo circulante mantido para venda;
- (E) intangível.

79

Uma empresa assinou um contrato de arrendamento em 1º de janeiro de 2023 de uma máquina. Os termos do contrato de arrendamento e outros dados pertinentes são os seguintes:

- O prazo do arrendamento é de cinco anos. O contrato de arrendamento não é rescindível e não contém opção de renovação, obrigando-se a pagamentos iguais de R\$ 20.711,11 no início de cada ano. O valor presente dos pagamentos do arrendamento é de, aproximadamente, R\$ 95.890,35.
- A máquina tem um valor justo no início do arrendamento de R\$ 100.000, uma vida econômica estimada de cinco anos e um valor residual garantido de R\$ 5.000 (o arrendatário espera que seja provável que o valor esperado do valor residual no final do arrendamento seja superior ao valor garantido de R\$ 5.000).
- A taxa de empréstimo incremental do arrendatário é de 5% ao ano.
- O arrendatário tem como política contábil depreciar suas máquinas e equipamentos linearmente.
- O arrendador definiu uma taxa de aluguel anual para obter uma taxa de retorno de 4% ao ano, e o arrendatário está ciente dessa taxa.

Nesse caso, considerando-se as informações apresentadas, a empresa:

- (A) utilizou a taxa de empréstimo incremental de 5% para calcular o valor presente do passivo de arrendamento;
- (B) contabilizará um ativo de direito de uso por R\$ 95.000;
- (C) somará um total pago de R\$ 100.000 referente ao arrendamento ao fim dos cinco anos;
- (D) depreciará o ativo de direito de uso durante o prazo de arrendamento de cinco anos (R\$ 95.890,35 ÷ 5 anos);
- (E) reconheceu os juros de R\$ 21.711,11 no primeiro ano.

80

Certa empresa comprou uma máquina a um custo de R\$ 90.000 e estima vida útil de vinte anos sem valor residual. No entanto, durante o décimo primeiro ano, a empresa reestimou que usará a máquina por mais vinte anos.

Nesse período, considerando-se as informações apresentadas e o método linear utilizado, a empresa:

- (A) deve registrar uma depreciação de 1/40 de R\$ 90.000 ou R\$ 2.250 por ano;
- (B) deve ajustar os saldos anteriores de depreciação desde a compra da máquina;
- (C) superestimou a depreciação e subestimou o lucro líquido em R\$ 2.250 para cada um dos últimos dez anos, ou um valor total de R\$ 22.500;
- (D) deve divulgar uma mudança de estimativa contábil no período atual e nos períodos futuros;
- (E) deve registrar um *impairment* devido ao aumento da vida útil do ativo.

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

